

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

Pelo presente instrumento particular, de um lado a empresa **PREVENT ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA EM MEDICINA DO TRABALHO S/C LTDA.**, doravante designada **CONTRATADA** com sede na Rua Rui Barbosa, n.º159, Centro, na cidade de Bariri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.261.818/0001-20 e de outro lado a empresa **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARIRI**, situada na Rua Antônio José de Carvalho, n.º 409 - Centro, nesta cidade de Bariri, Estado de São Paulo, inscrita sob o n.º CNPJ 44.690.238/0001-61 e Inscrição Estadual Isento; doravante designada **Contratante**, têm justo e avençado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

1. DO OBJETO

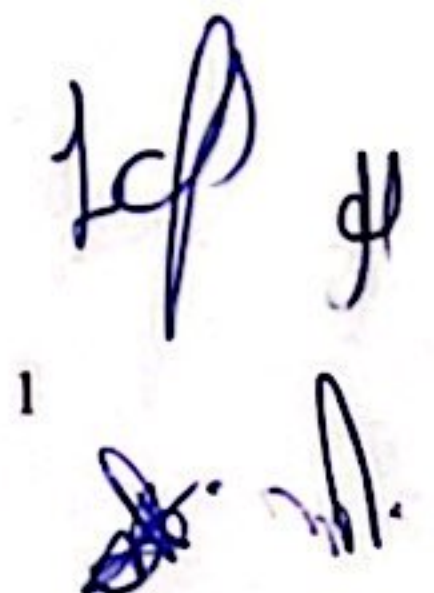
- I - Preliminarmente declara a **Contratada** ser empresa legalmente constituída e habilitada a execução dos serviços objeto do presente contrato;
- II - A **Contratada** executará serviços de assessoria na área de Medicina do Trabalho, objetivando o planejamento, implantação e elaboração do **PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO)**, em atendimento a Norma Regulamentadora NR7.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2. A CONTRATADA obriga-se a:

- I - Fornecer os equipamentos e instrumentos necessários à execução dos serviços;
- II - Utilizar mão-de-obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente à perfeita realização dos serviços;
- III - Obedecer ao disposto na Norma Regulamentadora n.º7 (NR-7) aprovada pela Portaria n.º 24 de 29/12/1994, da Secretaria da Segurança e Saúde do Trabalhador (SSST), com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 6.734, de 2020 (DOU 13/03/2020), e demais legislações aplicáveis;
- IV - Emitir os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), em 03 (três) vias, após a conclusão dos exames;
- V - Registrar adequadamente as atividades técnicas desenvolvidas;
- VI - Executar os serviços contratados com rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como dos prazos e cronogramas previamente estabelecidos para o seu correto e completo atendimento;
- VII - Realização dos exames médicos, por intermédio de Médico do Trabalho devidamente credenciado, a saber:

1
1



- a) **Exame Admissional**, a ser realizado em data anterior ao início das atividades do trabalhador, conforme o artigo 7.5.8, item I da NR-7;
- b) **Exame Periódico**, a ser realizado de acordo com os intervalos mínimos estabelecidos no artigo 7.5.8, item II da NR-7;
- c) **Exame de Retorno ao Trabalho**, a ser realizado antes do retorno ao serviço, na ocorrência de afastamento do trabalhador por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, conforme o disposto no artigo 7.5.9 da NR-7;
- d) **Exame de Mudança de Riscos Ocupacionais**, a ser realizado antes da alteração da função do trabalhador, conforme artigo 7.5.10 da NR-7; e
- e) **Exame Demissional**, a ser realizado no período dos 15 (quinze) dias que antecederam ao desligamento definitivo do trabalhador, em atendimento ao disposto no artigo 7.5.11 da NR-7;

VIII – Elaboração do Relatório Analítico de Ações do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

IX – Efetuar o acompanhamento médico de empregados que sofreram acidentes de trabalho até a obtenção de sua alta médica;

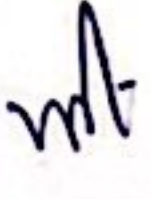
X – Encaminhar as informações referentes ao Evento-2220 (PCMSO) ao sistema do e-Social, através de software destinado a esse fim, bem como manterá todas as informações dos documentos referente a Aposentadoria Especial em mídias digitais.

Parágrafo 1º Os exames médicos mencionados no item VII desta cláusula, serão realizados nas dependências da Contratada, em datas e horários previamente designados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3. A CONTRATANTE obriga-se a:

- I – Colocar à disposição da Contratada local adequado para execução dos serviços aqui contratados, respeitando as condições exigidas pelas autoridades sanitárias, trabalhistas e de Segurança;**
- II – Disponibilizar os equipamentos e materiais necessários à implantação do PCMSO;**
- III – Permitir o livre acesso do pessoal da Contratada designado à execução dos serviços, em suas instalações, para efeito de inspeções e avaliações que se fizerem necessárias para execução das suas atribuições contratuais;**

2  
 

IV - Fornecer à Contratada relação atualizada contendo os nomes de todos os seus funcionários, bem como documentos (RG, CPF, PIS, CBO, Carteira de Trabalho/Série/UF, data da admissão, função, matrícula de registro), os quais serão considerados e aceitos como usuários para fins deste contrato;

V - Comunicar imediatamente à Contratada as admissões e demissões de empregados ocorridas no decorrer do mês, para que esta providencie as respectivas inclusões e exclusões, respectivamente, dos cadastros por ela mantidos;

VI - Fornecer à Contratada o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e o LTCAT (LAUDO Técnico das condições do ambiente de Trabalho), que são os subsídios necessários para a elaboração do PCMSO (Programa de controle Médico de Saúde Ocupacional);

VII - É de responsabilidade da CONTRATANTE, os custos relativos aos exames complementares determinados no PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);

VIII - É de responsabilidade da empresa contratante, os custos referente a análises laboratoriais de produtos químicos, que se fizerem necessárias, sendo estes valores pagos diretamente ao laboratório, através de boleto bancário.

4- DO PREÇO

I - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia do mês ao da prestação dos serviços, o valor mensal de R\$ 518,95 (quinhentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos).

II - Após os 141 (cento e quarenta e um) exames periódicos realizados (inclusos na mensalidade acima) serão cobrados o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por exame (Admissional/Demissional/Mudança de Risco Ocupacional/Retorno ao Trabalho).

III - Será cobrada uma taxa de cadastro no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por funcionário, sendo este valor cobrado uma única vez, sempre no primeiro exame realizado.

5 - DO REAJUSTE

I - O reajuste dos valores constantes no item 4, subitem I, seguirão o índice do reajuste do IGPM-FGV (acumulado dos últimos 12 meses).

6- DA INADIMPLÊNCIA

I - A falta de pagamento até data de vencimento acarretará em multa de 2% (dois por cento), mais comissão de permanência, praticada por bancos oficiais;

II - A Contratante no caso de inadimplência ou atraso superior a 5 (cinco) dias, autoriza a CONTRATADA a emitir duplicata de prestação de serviços, no montante das obrigações vencidas e não pagas, acrescidas dos encargos legais;

III - A Contratante reconhece o valor da cambial, emitido nessas condições como quantia líquida e certa, ficando a Contratada, a promover competente processo de execução nos termos do Art. 585, inciso I e II, do Código do Processo Civil;

IV – Depois de decorrido o prazo estipulado no item I, a duplicata de prestação de serviços, poderá, a critério da contratada, ser enviada a cartório para apontamento e posterior protesto por falta de pagamento, sem prejuízo de honorários advocatícios, custas processuais e demais ônus da sucumbência, no caso de cobrança judicial;

V – O atraso no pagamento do valor mensal permite a Contratada, suspender de imediato o atendimento contratado, que poderá ser reativado, após o pagamento do débito em aberto, acrescido dos encargos acima pactuados.

7 – PRAZO DE VIGÊNCIA

I – O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses *com início a partir de 10 de janeiro de 2024 a 09 de janeiro de 2025*, podendo ser prorrogado automaticamente por igual período, se não houver pronunciamento de qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8 – DA RESCISÃO

I – O presente contrato poderá ser declarado automaticamente rescindido por qualquer das partes contratantes, mediante simples aviso por escrito nesse sentido e independentemente de interpelação, notificação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos em lei e na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento de qualquer cláusula, termo ou condição deste contrato;
Se qualquer das partes sofrer execução judicial que afete o cumprimento de suas obrigações oriundas deste instrumento;
- b) Pedido de concordata e/ou decretação de falência de qualquer das partes contratantes;
- c) Se qualquer das partes contratantes, sem o prévio e expresso consentimento por escrito da outra parte, ceder ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, sejam a que título for, os direitos e obrigações que, respectivamente, adquiriu ou assumiu por força deste contrato, exceção feita se tratar de empresa coligada e/ou controlada.

Parágrafo único: Fica estipulada multa correspondente ao valor do último faturamento dos serviços prestados, para qualquer das partes que infringir este contrato, sem prejuízo das responsabilidades pelos danos a serem apurados judicialmente.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Fica definido que ocorrências médicas com risco de morte iminente e as ocorrências que necessitam de atendimento médico imediato, sem risco de morte iminente, caracterizam, respectivamente, Emergência e Urgência Médica, portanto, deverão ser encaminhadas ao Pronto Socorro Municipal.

4



10 - FORO

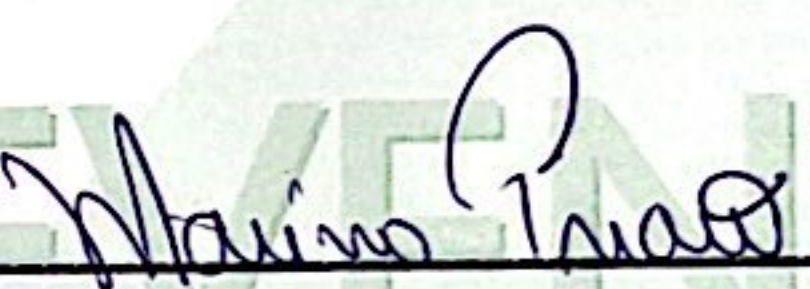
I - Correrão por conta da Contratante as despesas fiscais resultantes do registro do presente contrato.

II - Fica eleito o Foro de Bariri - Estado de São Paulo, para dirimir qualquer dúvida ou demanda oriunda do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

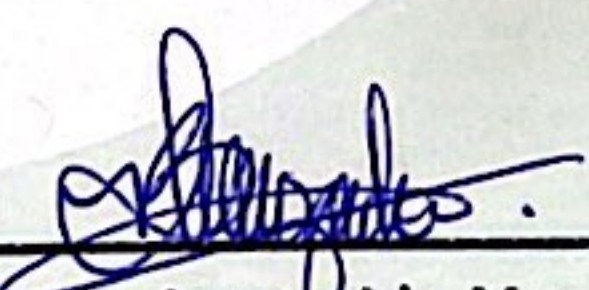
Bariri/SP, 10 de janeiro de 2024.



PREVENT - Medicina do Trabalho
CNPJ: 01.261.818/0001-20

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARIRI
CNPJ: 44.690.238/0001-61

TESTEMUNHAS



Beatriz Aparecida Muzardo
RG: 18.680.855

Ana Maria Stefanutto
RG: 23.540.113-4

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

Pelo presente instrumento particular, de um lado a empresa PREVENT ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA EM MEDICINA DO TRABALHO S/C LTDA., doravante designada CONTRATADA com sede na Rua Rui Barbosa, n.º159, Centro, na cidade de Bariri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 01.261.818/0001-20 e de outro lado a empresa IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARIRI, situada na Rua Antônio José de Carvalho, n.º 409 - Centro, nesta cidade de Bariri, Estado de São Paulo, inscrita sob o n.º CNPJ 44.690.238/0001-61 e Inscrição Estadual Isento; doravante designada Contratante, têm justo e avençado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

1. DO OBJETO

- I - Preliminarmente declara a Contratada ser empresa legalmente constituída e habilitada a execução dos serviços objeto do presente contrato;
- II - A Contratada executará serviços de assessoria na área de Medicina do Trabalho, objetivando o planejamento, implantação e elaboração do PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), em atendimento a Norma Regulamentadora NR7.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2. A CONTRATADA obriga-se a:

- I - Fornecer os equipamentos e instrumentos necessários à execução dos serviços;
- II - Utilizar mão-de-obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente à perfeita realização dos serviços;
- III - Obedecer ao disposto na Norma Regulamentadora n.º7 (NR-7) aprovada pela Portaria n.º 24 de 29/12/1994, da Secretaria da Segurança e Saúde do Trabalhador (SSST), com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 6.734, de 2020 (DOU 13/03/2020), e demais legislações aplicáveis;
- IV - Emitir os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), em 03 (três) vias, após a conclusão dos exames;
- V - Registrar adequadamente as atividades técnicas desenvolvidas;
- VI - Executar os serviços contratados com rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como dos prazos e cronogramas previamente estabelecidos para o seu correto e completo atendimento;
- VII - Realização dos exames médicos, por intermédio de Médico do Trabalho devidamente credenciado, a saber:



1


- a) Exame Admissional, a ser realizado em data anterior ao início das atividades do trabalhador, conforme o artigo 7.5.8, item I da NR-7;
- b) Exame Periódico, a ser realizado de acordo com os intervalos mínimos estabelecidos no artigo 7.5.8, item II da NR-7;
- c) Exame de Retorno ao Trabalho, a ser realizado antes do retorno ao serviço, na ocorrência de afastamento do trabalhador por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, conforme o disposto no artigo 7.5.9 da NR-7;
- d) Exame de Mudança de Riscos Ocupacionais, a ser realizado antes da alteração da função do trabalhador, conforme artigo 7.5.10 da NR-7; e
- e) Exame Demissional, a ser realizado no período dos 15 (quinze) dias que antecederam ao desligamento definitivo do trabalhador, em atendimento ao disposto no artigo 7.5.11 da NR-7;

VIII – Elaboração do Relatório Analítico de Ações do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

IX – Efetuar o acompanhamento médico de empregados que sofreram acidentes de trabalho até a obtenção de sua alta médica;

X – Encaminhar as informações referentes ao Evento-2220 (PCMSO) ao sistema do e-Social, através de software destinado a esse fim, bem como manterá todas as informações dos documentos referente a Aposentadoria Especial em mídias digitais.

Parágrafo 1º Os exames médicos mencionados no item VII desta cláusula, serão realizados nas dependências da Contratada, em datas e horários previamente designados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3. A CONTRATANTE obriga-se a:

I – Colocar à disposição da Contratada local adequado para execução dos serviços aqui contratados, respeitando as condições exigidas pelas autoridades sanitárias, trabalhistas e de Segurança;

II – Disponibilizar os equipamentos e materiais necessários à implantação do PCMSO;

III – Permitir o livre acesso do pessoal da Contratada designado à execução dos serviços, em suas instalações, para efeito de inspeções e avaliações que se fizerem necessárias para execução das suas atribuições contratuais;



IV - Fornecer à Contratada relação atualizada contendo os nomes de todos os seus funcionários, bem como documentos (RG, CPF, PIS, CBO, Carteira de Trabalho/Série/UF, data da admissão, função, matrícula de registro), os quais serão considerados e aceitos como usuários para fins deste contrato;

V - Comunicar imediatamente à Contratada as admissões e demissões de empregados ocorridas no decorrer do mês, para que esta providencie as respectivas inclusões e exclusões, respectivamente, dos cadastros por ela mantidos;

VI - Fornecer à Contratada o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e o LTCAT (LAUDO Técnico das condições do ambiente de Trabalho), que são os subsídios necessários para a elaboração do PCMSO (Programa de controle Médico de Saúde Ocupacional);

VII - É de responsabilidade da CONTRATANTE, os custos relativos aos exames complementares determinados no PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);

VIII - É de responsabilidade da empresa contratante, os custos referente a análises laboratoriais de produtos químicos, que se fizerem necessárias, sendo estes valores pagos diretamente ao laboratório, através de boleto bancário.

4- DO PREÇO

I - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia do mês ao da prestação dos serviços, o valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

II - Após os 141 (cento e quarenta e um) exames periódicos realizados (inclusos na mensalidade acima) serão cobrados o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por exame (Admissional/Demissional/Mudança de Risco Ocupacional/Retorno ao Trabalho).

III - Será cobrada uma taxa de cadastro no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por funcionário, sendo este valor cobrado uma única vez, sempre no primeiro exame realizado.

5 - DO REAJUSTE

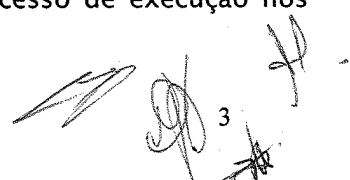
I - O reajuste dos valores constantes no item 4, subitem I, seguirão o índice do reajuste do IGPM-FGV (acumulado dos últimos 12 meses).

6- DA INADIMPLÊNCIA

I - A falta de pagamento até data de vencimento acarretará em multa de 2% (dois por cento), mais comissão de permanência, praticada por bancos oficiais;

II - A Contratante no caso de inadimplência ou atraso superior a 5 (cinco) dias, autoriza a CONTRATADA a emitir duplicata de prestação de serviços, no montante das obrigações vencidas e não pagas, acrescidas dos encargos legais;

III - A Contratante reconhece o valor da cambial, emitido nessas condições como quantia líquida e certa, ficando a Contratada, a promover competente processo de execução nos termos do Art. 585, inciso I E II, do Código do Processo Civil;



IV - Depois de decorrido o prazo estipulado no item I, a duplicata de prestação de serviços, poderá, a critério da contratada, ser enviada a cartório para apontamento e posterior protesto por falta de pagamento, sem prejuízo de honorários advocatícios, custas processuais e demais ônus da sucumbência, no caso de cobrança judicial;

V - O atraso no pagamento do valor mensal permite a Contratada, suspender de imediato o atendimento contratado, que poderá ser reativado, após o pagamento do débito em aberto, acrescido dos encargos acima pactuados.

7 - PRAZO DE VIGÊNCIA

I - O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses *com início a partir de 10 de janeiro de 2022 a 09 de janeiro de 2023*, podendo ser prorrogado automaticamente por igual período, se não houver pronunciamento de qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8 - DA RESCISÃO

I - O presente contrato poderá ser declarado automaticamente rescindido por qualquer das partes contratantes, mediante simples aviso por escrito nesse sentido e independentemente de interpelação, notificação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos em lei e na ocorrência das seguintes hipóteses:

a) Descumprimento de qualquer cláusula, termo ou condição deste contrato;

Se qualquer das partes sofrer execução judicial que afete o cumprimento de suas obrigações oriundas deste instrumento;

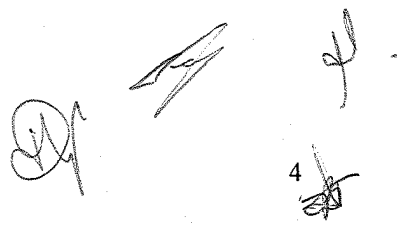
b) Pedido de concordata e/ou decretação de falência de qualquer das partes contratantes;

c) Se qualquer das partes contratantes, sem o prévio e expresso consentimento por escrito da outra parte, ceder ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, sejam a que título for, os direitos e obrigações que, respectivamente, adquiriu ou assumiu por força deste contrato, exceção feita se tratar de empresa coligada e/ou controlada.

Parágrafo único: Fica estipulada multa correspondente ao valor do último faturamento dos serviços prestados, para qualquer das partes que infringir este contrato, sem prejuízo das responsabilidades pelos danos a serem apurados judicialmente.

9 - DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Fica definido que ocorrências médicas com risco de morte iminente e as ocorrências que necessitam de atendimento médico imediato, sem risco de morte iminente, caracterizam, respectivamente, Emergência e Urgência Médica, portanto, deverão ser encaminhadas ao Pronto Socorro Municipal.



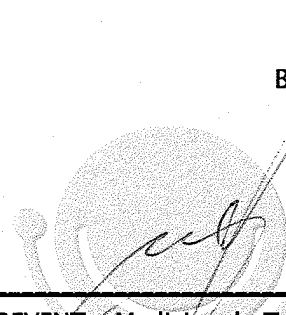
10 - FORO

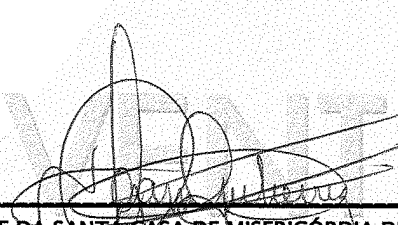
I - Correrão por conta da Contratante as despesas fiscais resultantes do registro do presente contrato.

II - Fica eleito o Foro de Bariri - Estado de São Paulo, para dirimir qualquer dúvida ou demanda oriunda do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Bariri/SP, 10 de janeiro de 2022.



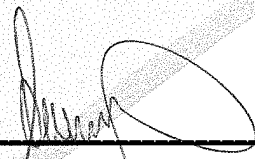
PREVENT - Medicina do Trabalho
CNPJ: 01.261.818/0001-20

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARIRI
CNPJ: 44.690.238/0001-61

Denise Sgavioli Gutierrez
Diretor Administrativo
CPF: 083.299.498-77

TESTEMUNHAS



Beatriz Aparecida Muzardo
RG: 18.680.855

Ana Maria Stefanutto
RG: 23.540.113-4

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

Pelo presente instrumento particular, de um lado a empresa PREVENT ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA EM MEDICINA DO TRABALHO S/C LTDA., doravante designada CONTRATADA com sede na Rua Rui Barbosa, n.º159, Centro, na cidade de Bariri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 01.261.818/0001-20 e de outro lado a empresa IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARIRI, situada na Rua Antônio José de Carvalho, n.º 409 - Centro, nesta cidade de Bariri, Estado de São Paulo, inscrita sob o n.º CNPJ 44.690.238/0001-61 e Inscrição Estadual Isento; doravante designada Contratante, têm justo e avençado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

1. DO OBJETO

I - Preliminarmente declara a Contratada ser empresa legalmente constituída e habilitada a execução dos serviços objeto do presente contrato;

II - A Contratada executará serviços de assessoria na área de Medicina do Trabalho, objetivando o planejamento, implantação e elaboração do PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), em atendimento a Norma Regulamentadora NR7.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2. A CONTRATADA obriga-se a:

I - Fornecer os equipamentos e instrumentos necessários à execução dos serviços;

II - Utilizar mão-de-obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente à perfeita realização dos serviços;

III - Obedecer ao disposto na Norma Regulamentadora n.º7 (NR-7) aprovada pela Portaria n.º 24 de 29/12/1994, da Secretaria da Segurança e Saúde do Trabalhador (SSST), com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 6.734, de 2020 (DOU 13/03/2020), e demais legislações aplicáveis;

IV - Emitir os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), em 03 (três) vias, após a conclusão dos exames;

V - Registrar adequadamente as atividades técnicas desenvolvidas;

VI - Executar os serviços contratados com rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como dos prazos e cronogramas previamente estabelecidos para o seu correto e completo atendimento;

VII - Realização dos exames médicos, por intermédio de Médico do Trabalho devidamente credenciado, a saber:



- a) Exame Admissional, a ser realizado em data anterior ao início das atividades do trabalhador, conforme o artigo 7.5.8, item I da NR-7;
- b) Exame Periódico, a ser realizado de acordo com os intervalos mínimos estabelecidos no artigo 7.5.8, item II da NR-7;
- c) Exame de Retorno ao Trabalho, a ser realizado antes do retorno ao serviço, na ocorrência de afastamento do trabalhador por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, conforme o disposto no artigo 7.5.9 da NR-7;
- d) Exame de Mudança de Riscos Ocupacionais, a ser realizado antes da alteração da função do trabalhador, conforme artigo 7.5.10 da NR-7; e
- e) Exame Demissional, a ser realizado no período dos 15 (quinze) dias que antecederam ao desligamento definitivo do trabalhador, em atendimento ao disposto no artigo 7.5.11 da NR-7;

VIII - Elaboração do Relatório Analítico de Ações do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;

IX - Efetuar o acompanhamento médico de empregados que sofreram acidentes de trabalho até a obtenção de sua alta médica;

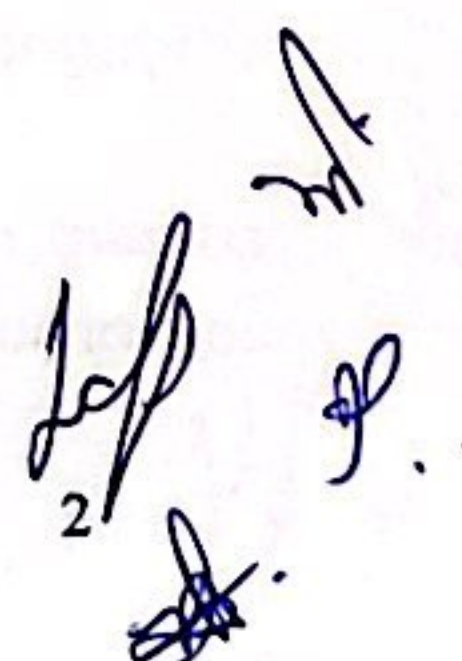
X - Encaminhar as informações referentes ao Evento-2220 (PCMSO) ao sistema do e-Social, através de software destinado a esse fim, bem como manterá todas as informações dos documentos referente a Aposentadoria Especial em mídias digitais.

Parágrafo 1º Os exames médicos mencionados no item VII desta cláusula, serão realizados nas dependências da Contratada, em datas e horários previamente designados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3. A CONTRATANTE obriga-se a:

- I - Colocar à disposição da Contratada local adequado para execução dos serviços aqui contratados, respeitando as condições exigidas pelas autoridades sanitárias, trabalhistas e de Segurança;
- II - Disponibilizar os equipamentos e materiais necessários à implantação do PCMSO;
- III - Permitir o livre acesso do pessoal da Contratada designado à execução dos serviços, em suas instalações, para efeito de inspeções e avaliações que se fizerem necessárias para execução das suas atribuições contratuais;



IV - Fornecer à Contratada relação atualizada contendo os nomes de todos os seus funcionários, bem como documentos (RG, CPF, PIS, CBO, Carteira de Trabalho/Série/UF, data da admissão, função, matrícula de registro), os quais serão considerados e aceitos como usuários para fins deste contrato;

V - Comunicar imediatamente à Contratada as admissões e demissões de empregados ocorridas no decorrer do mês, para que esta providencie as respectivas inclusões e exclusões, respectivamente, dos cadastros por ela mantidos;

VI - Fornecer à Contratada o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e o LTCAT (LAUDO Técnico das condições do ambiente de Trabalho), que são os subsídios necessários para a elaboração do PCMSO (Programa de controle Médico de Saúde Ocupacional);

VII - É de responsabilidade da CONTRATANTE, os custos relativos aos exames complementares determinados no PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);

VIII - É de responsabilidade da empresa contratante, os custos referente a análises laboratoriais de produtos químicos, que se fizerem necessárias, sendo estes valores pagos diretamente ao laboratório, através de boleto bancário.

4- DO PREÇO

I - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia do mês ao da prestação dos serviços, o valor mensal de R\$ 518,95 (quinhentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos).

II - Após os 141 (cento e quarenta e um) exames periódicos realizados (inclusos na mensalidade acima) serão cobrados o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por exame (Admissional/Demissional/Mudança de Risco Ocupacional/Retorno ao Trabalho).

III - Será cobrada uma taxa de cadastro no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por funcionário, sendo este valor cobrado uma única vez, sempre no primeiro exame realizado.

5 - DO REAJUSTE

I - O reajuste dos valores constantes no item 4, subitem I, seguirão o índice do reajuste do IGPM-FGV (acumulado dos últimos 12 meses).

6- DA INADIMPLÊNCIA

I - A falta de pagamento até data de vencimento acarretará em multa de 2% (dois por cento), mais comissão de permanência, praticada por bancos oficiais;

II - A Contratante no caso de inadimplência ou atraso superior a 5 (cinco) dias, autoriza a CONTRATADA a emitir duplicata de prestação de serviços, no montante das obrigações vencidas e não pagas, acrescidas dos encargos legais;

III - A Contratante reconhece o valor da cambial, emitido nessas condições como quantia líquida e certa, ficando a Contratada, a promover competente processo de execução nos termos do Art. 585, inciso I e II, do Código do Processo Civil;

IV - Depois de decorrido o prazo estipulado no item I, a duplicata de prestação de serviços, poderá, a critério da contratada, ser enviada a cartório para apontamento e posterior protesto por falta de pagamento, sem prejuízo de honorários advocatícios, custas processuais e demais ônus da sucumbência, no caso de cobrança judicial;

V - O atraso no pagamento do valor mensal permite a Contratada, suspender de imediato o atendimento contratado, que poderá ser reativado, após o pagamento do débito em aberto, acrescido dos encargos acima pactuados.

7 - PRAZO DE VIGÊNCIA

I - O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses *com início a partir de 10 de janeiro de 2023 a 09 de janeiro de 2024*, podendo ser prorrogado automaticamente por igual período, se não houver pronunciamento de qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8 - DA RESCISÃO

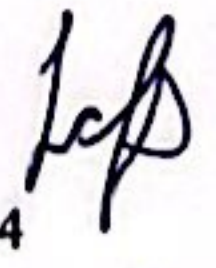
I - O presente contrato poderá ser declarado automaticamente rescindido por qualquer das partes contratantes, mediante simples aviso por escrito nesse sentido e independentemente de interpelação, notificação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos em lei e na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento de qualquer cláusula, termo ou condição deste contrato;
Se qualquer das partes sofrer execução judicial que afete o cumprimento de suas obrigações oriundas deste instrumento;
- b) Pedido de concordata e/ou decretação de falência de qualquer das partes contratantes;
- c) Se qualquer das partes contratantes, sem o prévio e expresso consentimento por escrito da outra parte, ceder ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, sejam a que título for, os direitos e obrigações que, respectivamente, adquiriu ou assumiu por força deste contrato, exceção feita se tratar de empresa coligada e/ou controlada.

Parágrafo único: Fica estipulada multa correspondente ao valor do último faturamento dos serviços prestados, para qualquer das partes que infringir este contrato, sem prejuízo das responsabilidades pelos danos a serem apurados judicialmente.

9 - DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Fica definido que ocorrências médicas com risco de morte iminente e as ocorrências que necessitam de atendimento médico imediato, sem risco de morte iminente, caracterizam, respectivamente, Emergência e Urgência Médica, portanto, deverão ser encaminhadas ao Pronto Socorro Municipal.

4



10 - FORO

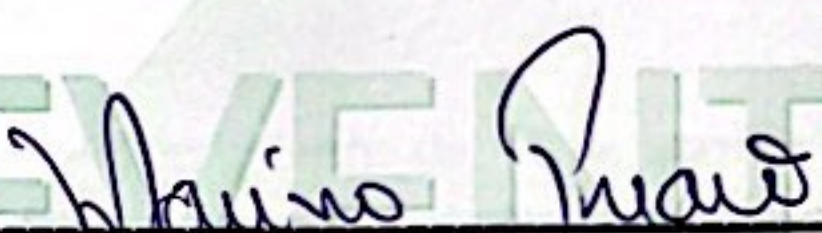
I - Correrão por conta da Contratante as despesas fiscais resultantes do registro do presente contrato.

II - Fica eleito o Foro de Bariri - Estado de São Paulo, para dirimir qualquer dúvida ou demanda oriunda do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Bariri/SP, 10 de janeiro de 2023.



PREVENT - Medicina do Trabalho
CNPJ: 01.261.818/0001-20

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARIRI
CNPJ: 44.690.238/0001-61

TESTEMUNHAS



Beatriz Aparecida Muzardo
RG: 18.680.855

Ana Maria Stefanutto
RG: 23.540.113-4

ADENDO CONTRATUAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EM MEDICINA OCUPACIONAL

(Inclui-se ao Contrato de Prestação de Serviços Médicos, conforme cláusulas abaixo)

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A Contratada prestará a Contratante os serviços de atendimento em consultas clínicas, tendo direito a 15 (quinze) consultas mensais;

- a) Os exames complementares solicitados nas consultas, não fazem parte deste Contrato, e, portanto, a execução dos mesmos é de responsabilidade da Contratante;
- b) As consultas serão realizadas no consultório da Contratada, situado à Rua Rui Barbosa, 159, nesta cidade de Bariri/SP.; de Segunda a Sexta-feira em horário determinado pela Contratada;
- c) As consultas deverão ser agendadas previamente pela empresa Contratante, com dia e hora determinados antecipadamente e as urgências dependerão de horário disponível da contratada;

CLÁUSULA II - DO VALOR DO TERMO ADITIVO

- a) A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia do mês ao da prestação dos serviços, o valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais);
- b) Será cobrado um valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por consultas excedidas.

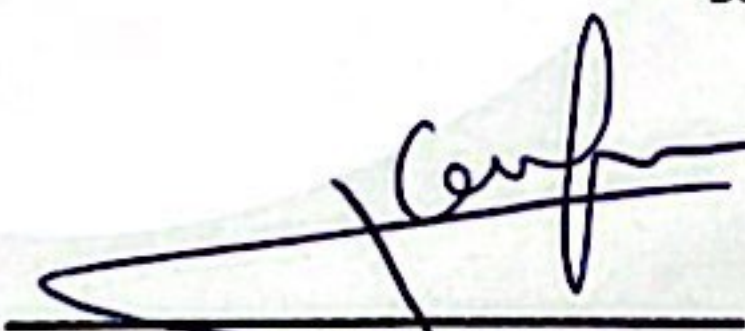
CLÁUSULA III - PRAZO DE VIGÊNCIA

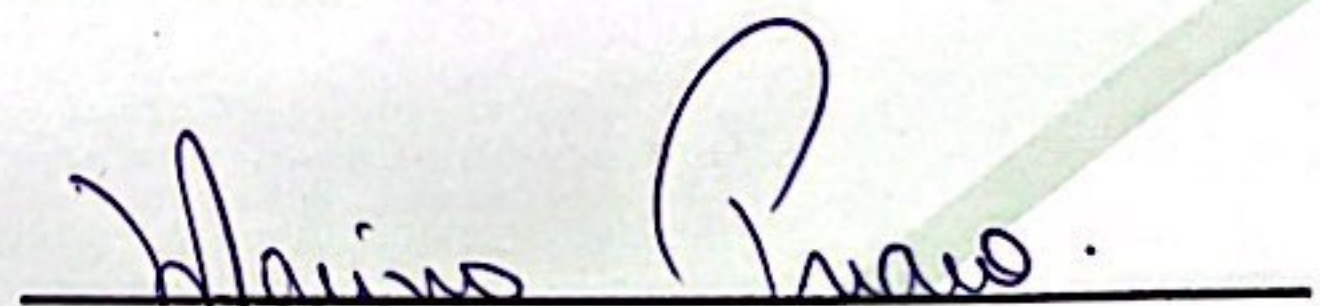
O prazo de vigência deste contrato é de 5 (cinco) meses com início a partir de 01 de agosto de 2023, podendo ser prorrogado automaticamente por período a se estabelecer ou seguir a renovação do contrato de prestação de serviços original.

CLÁUSULA IV - RATIFICAÇÃO

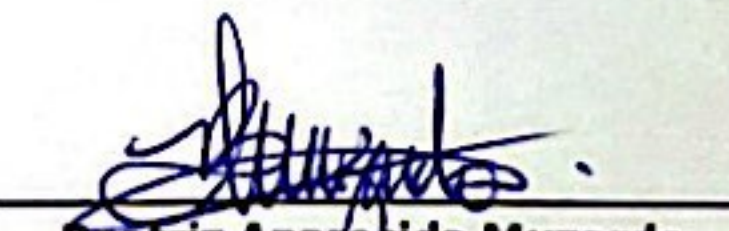
As demais Cláusulas Contratuais permanecem as mesmas, sem quaisquer alterações. E, por estarem assim convencionados, justos e contratados, as partes firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, depois de lido e achado conforme na presença de duas testemunhas.

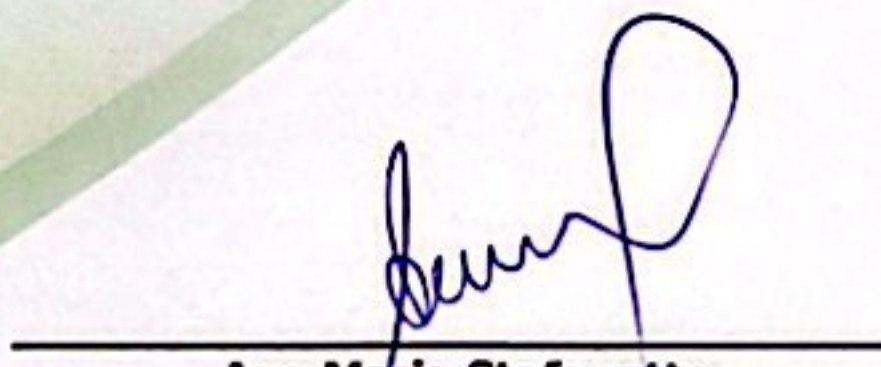
Bariri, 01 de agosto de 2023.


PREVENT - Medicina do Trabalho
CNPJ: 01.261.818/0001-20


IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARIRI
CNPJ: 44.690.238/0001-61

Testemunhas


Beatriz Aparecida Muzardo
RG: 18.680.855


Ana Maria Stefanutto
RG: 23.540.113-4